



Epistemología de las Ciencias de la Información y Documentación

Mediação da informação: do objeto ao documento

Cristina Dotta Ortega

Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil · ortega@eci.ufmg.br

Resumo: A mediação da informação, ou mediação documentária, engloba o conjunto das ações realizadas sobre objetos na perspectiva de pessoas em torno de atividades comuns. Essas ações formam camadas de significação sobre objetos, produzidas como mensagens a um certo público. As ações de mediação da informação são realizadas por meio de procedimentos especializados, na ausência dos quais as possibilidades de comunicação são restritas ou dependentes de fatores arbitrários a essas ações. O objetivo do artigo é explorar a transformação do objeto em documento que é resultante das ações de mediação da informação. Como metodologia, explora a noção de documento, incluindo aspectos de sua constituição histórica; trata das atividades documentárias enquanto ações de mediação da informação de cunho linguístico e papel determinante da recepção; explora algumas atividades documentárias, da seleção à exposição de documentos, fazendo proveito de literatura científica em perspectiva bibliográfica e museológica; e apresenta abordagem francesa desenvolvida em torno dos termos mediação documentária e dispositivos info-comunicacionais, que é herdeira do conceito de documento e da abordagem linguística e comunicacional tratados inicialmente. Finaliza ressaltando a construção da noção de documento no século XX e demonstrando a relação desta noção com a de mediação da informação, uma vez que o documento é resultante das ações de mediação sobre objetos a partir de um público. Enfatiza, ainda, a especificidade da área em função da intencionalidade das ações de mediação da informação e da base técnico-científica de viés comunicacional que as sustenta.

Palavras-chave: Mediação da informação; Documento; Atividades documentárias.

Abstract: Information mediation, or documentary mediation, encompasses the set of actions performed on objects from the perspective of people around common activities. These actions add layers of significance to objects, produced as messages to a certain public audience. The activities of information mediation are carried out through specialized documentary procedures, in the absence of which the possibilities for communication are restricted, limited or dependent on other factors arbitrary to these activities. The objective of this paper is to explore the transformation of object to document as a result of the actions of information mediation. The methodology employed explores the notion of document, including aspects of its historical constitution; deals with such documentary activities as information mediation actions of a linguistic nature and the decisive role of reception; explores some documentary activities, from the selection to the exhibition of documents, benefiting from bibliographic and museological scientific literature; and presents the French approach, developed around the terms documentary mediation and info-communication devices, which is heir to the concept of document and the linguistic and communication approach initially treated. The paper concludes by highlighting the construction of the notion of document in the twentieth century and demonstrating the relationship of this concept to information mediation, since the document is the result of mediation actions by the public on objects. Emphasis is also placed on the specificity of the area depending on the intentionality of the actions of information mediation and the technical-scientific basis of communication bias that sustains them.

Keywords: Information mediation; Documents; Documentary activities.

Introdução

A mediação da informação, ou mediação documentária, engloba o conjunto das ações realizadas sobre objetos, na perspectiva de pessoas em torno de atividades comuns – científicas, profissionais, estéticas, de lazer –, do que decorre que essas pessoas sejam tomadas como público e que os objetos sejam abordados como documentos.

A mediação da informação implica intervenção, ação propositiva, intencionalidade, cujo objetivo é a apropriação da informação. É realizada sobre base material, por meio de metodologias de rigor científico. Identificação, seleção, produção de registros, ordenação, preservação, exposição de todo e qualquer objeto são atividades documentárias no sentido de que constituem – de modo articulado entre si – ações de mediação a partir das quais se dá a transformação do objeto em documento. Estas ações formam camadas de significação sobre o objeto, cada qual ressignificando a anterior, em um movimento de produção de mensagens a um público. O documento é esse objeto ressignificado e a noção de documento é dependente de uma elaboração teórico-metodológica dessas ações.

Este trabalho tem por objetivo explorar a transformação do objeto em documento que é resultante das ações de mediação da informação.

Dentre os problemas que fomentaram o trabalho, têm-se a questão dos critérios adotados para eleger objetos como documentos, já que práticas profissionais e programas de ensino cristalizaram mentalidades em torno de certos objetos e não outros, relegando documentos eletrônicos diversos, bens imóveis, textos escritos não publicados, documentos audiovisuais e informações cadastrais e estatísticas (como aquelas sobre eventos e atividades de grupos e pessoas). A questão pode ser observada quanto à tardia retomada do termo documento, seja pelo apelo do termo informação que levou à secundarização da base material e conteudística com que opera a área, seja pela força ideológica e econômica da abordagem técnico-normativa da comunidade anglo-americana de bibliotecas, fortemente orientada para o trabalho com livros em suporte papel.

Neste contexto deu-se a adoção do termo mediação visando fornecer maior relevância às práticas profissionais bibliotecárias, caso dos serviços de referência, e demais ações em que se dá a relação direta com o público. Consideradas de modo isolado quanto às outras ações realizadas, o termo mediação da informação é usado antes como uma etiqueta para reunir essas ações, que como modo de significá-las. A ausência de efetiva significação do termo contribuiu para relegá-lo à ideia de ponte para acesso aos documentos por usuários ou de mera ação facilitadora do processo. Também a literatura e a prática museológicas têm privilegiado a exposição como ação de mediação, em detrimento das demais ações que a antecedem, assim como das possibilidades de mediação que prescindem da experiência de uma exposição, caso da pesquisa da coleção por especialistas ou da visita à reserva técnica por públicos diversos.

Deste modo, os problemas identificados referem-se à visão desarticulada das ações de mediação, sendo consideradas como tal aquelas em que se dá a relação direta com o público, e as demais ações compreendidas como operações mecânicas realizadas por meio de orientações normativas predeterminadas. Trata-se, também, em especial em Biblioteconomia, da simplificação da noção de mediação e da naturalização do processo de identificação de documentos.

O trabalho se justifica pela necessidade de evidenciar a função das ações de mediação, enquanto procedimentos especializados, na ausência dos quais as possibilidades de comunicação são restritas ou dependentes de fatores arbitrários a essas ações, portanto, contingenciais, eventuais. Trata-se de meios para o alcance de certos objetivos, motivo pelo qual é preciso estabelecer a relação entre estes e aqueles. O processo é dependente do objetivo que se persegue, o que leva à identificação de contradição que enunciarmos do seguinte modo: como procedimentos supostamente não interpretativos possibilitariam alcançar um objetivo da dimensão do simbólico?

Como metodologia, discorreremos sobre a noção de documento, incluindo alguns aspectos de sua constituição histórica; tratamos das atividades documentárias enquanto ações de mediação da informação, portanto, intencionais, que se explicam

como processo linguístico e quanto ao papel determinante da recepção; exploramos algumas das atividades documentárias, desde a identificação e seleção até os serviços de difusão e exposições, fazendo proveito de literatura científica em perspectiva bibliográfica e museológica, e do estabelecimento de relações entre elas; e, por fim, apresentamos abordagem francesa desenvolvida em torno dos termos mediação documentária e dispositivos info-comunicacionais, que é herdeira do conceito de documento e da abordagem linguística e comunicacional tratados inicialmente.

1 A noção de documento

A noção de documento foi discutida e elaborada durante o século XX, como segue (Ortega e Lara, 2010):

A denominação da área – Documentação – proposta por Otlet, de modo relacionado à de seu objeto – documento –, envolve ideias, ações e produtos que configuram temas hoje estudados por sua atualidade e relevância. Otlet faz menção a um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais (...) e a elementos constitutivos materiais, linguísticos, gráficos, intelectuais (Otlet, 2007, p. 43). Sagredo Fernández e Izquierdo Arroyo (1983, p. 309) afirmam que a Documentologia (como usado por Otlet) trata da atribuição hermenêutica (ou interpretativa) no sentido de buscar meios e métodos que dêem conta da mensagem do autor. O documento se explica a partir de sua própria produção, ou produção documentária, segundo Briet (1951). O *Traité de Documentation*, de Paul Otlet (1934), e o livro *Qu'est-ce que la Documentation?*, de Suzanne Briet (1951), contribuem para a compreensão de que os termos 'documento' e 'Documentação' já tinham em germe a noção de informação tal como é entendida hoje.

No contexto dos estudos do grupo francês formalizado na década de 1970 em torno das Ciências da Informação e da Comunicação, Escarpit (1991), em livro publicado inicialmente em 1976, e Meyriat (1981) acrescentam que o uso é que 'faz' o documento e introduzem as noções de comunicação, significação e a palavra 'informação' e derivadas. Meyriat (p. 51) afirma que o documento pode ser definido como um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável. Para ele, a definição de documento opera por meio de duas noções inseparáveis uma da outra, pois sua conjunção é essencial: uma de natureza material (o objeto que serve de suporte), e outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação).

A literatura espanhola do mesmo período demonstra ser tributária da construção francesa do termo documento, em abordagem peculiar sobre Documentação, entre outros, por enfatizar sua relação com a produção científica. Assim, podemos dizer que a noção de documento proposta pelos primeiros documentalistas (Otlet e Briet) foi aprofundada e atualizada pelos pesquisadores franceses e espanhóis nas décadas seguintes.

Quanto à produção em língua inglesa, dois autores contemporâneos (Buckland e Frohmann) discorrem sobre o documento tomando por base os documentalistas Otlet e Briet. Não citam os pesquisadores franceses e espanhóis discípulos destes primeiros documentalistas, mas reiteram suas ideias, como a de que nenhum objeto por si mesmo poderia ser definido como documento. Buckland (1991, p. 352) propõe inverter a pergunta usual 'o que é informativo?', indagando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas. Frohmann (2004) trata da informatividade como o conjunto de fatores que devem ser levados em conta para compreender como documentos tornam-se informativos (diríamos: como objetos tornam-se documentos por serem abordados informativamente).

Como vimos, quanto à pergunta sobre qual objeto é um documento, a caracterização física ou tipológica não se mostra produtiva. A noção de documento é dependente de um certo modo de percepção sobre um objeto, que se altera à medida que ações lhe são imputadas em um movimento contínuo de atribuição de sentido. O documento é o produto de atividades sistemicamente realizadas com o fim de apropriação da informação por um público. Dito de outro modo, documentos são informações selecionadas e organizadas materialmente em um sistema, cujas significações objetivam, por sua vez, orientar o processo de significação pelo público.

Quanto às duas instâncias que o constituem – a material e a simbólica –, o documento deve ser abordado em sua plasticidade, do que decorre a identificação dos seguintes produtos na forma de objetos e referências/registros dos mesmos, como segue: documentos enquanto objetos tomados como tal; registros que representam estes documentos em sua totalidade, em seu conjunto, ou em suas partes; registros (cadastrais, estatísticos) constituídos a partir de documentos diversos; e registros constituídos a partir de transações (ou seja, operações administrativas). Conceitos comuns às perspectivas arquivística, museológica e bibliográfica são resultantes dos esforços de fundamentação sobre as ações sobre objetos frente a um público. Assim, faz-se necessário explicitar aspectos essenciais do percurso do objeto ao documento, distinguindo-os dos aspectos contingenciais das práticas institucionais que foram cristalizados na literatura técnica, mas não são suficientes para uma construção da noção de documento que responda à mediação da informação, possibilitando maior aproximação a uma epistemologia da área.

Tomando como base Meyriat (1981) e contemporâneos, o documento é: objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento); e objeto que pode funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que assim o seja (uso do documento). Além disso, a função de informação do documento pode mudar no tempo (uso do documento no tempo). Deste modo, um documento produzido com esta intenção não é definitivo para uma situação de 'ser documento' pois disso depende que o mesmo seja abordado enquanto tal, ainda que abordagens iniciais sejam reformuladas no decorrer do tempo.

De modo similar, Buckland (1991, p. 355) sugere 'discurso' como um termo melhor para indicar textos ou artefatos considerados quanto à intenção de representar coisas. Apresenta como possibilidade dividir objetos tomados como discursivos em: artefatos com intenção de constituir discurso (como livros), artefatos que não tinham esta intenção (como barcos), e objetos que não são artefatos (como os antílopes). Exemplifica a variação de função do objeto no tempo, citando o livro, que pode ser usado como um peso para portas.

Meneses corrobora as ideias de Meyriat e Buckland. Segundo ele (Meneses, 1994, p. 21), documentos de nascença, típicos de sociedades complexas, são aqueles projetados para registrar informação. No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Meneses observa que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu contexto original, e que toda operação com documentos é, portanto, de natureza retórica.

Assim, autores como Buckland e Meneses reforçam a proposta de noção de documento de Meyriat, publicada em 1981. O conceito foi desenvolvido por Fondin em 1995 (segundo Couzinet, Régimbeau e Courbières, 2001) e hoje está incorporado à produção francesa de conhecimento sob os termos 'documento por intenção' e 'documento por atribuição'. Para uma precisão do termo 'documento por intenção', o próprio Meyriat retoma a questão e a esclarece. Para ele (2006, p. 12), como todo produto da atividade humana, o documento surge no lugar (imaterial) e no momento em que se reencontram os diversos sistemas sociais ou técnico-sociais de que é derivado. O documento por intenção é somente aquele especialmente produzido para veicular a informação, de tal modo que, se o autor produz um livro ou um artigo, o 'documentalista' legitima este livro ou artigo como documento, inserindo-o em processos de circulação, por meio de atividades que se articulam às de outros grupos, como editores e livreiros. Meyriat explica (p. 13) que o documento por intenção é produto de ao menos dois sistemas, aquele que produz o objeto e aquele que emite a informação inscrita sobre esse objeto, chamando a atenção para o risco de uma ambiguidade para a compreensão deste termo. Por fim, sintetiza (p. 26) sua análise sobre o documento por intenção do seguinte modo: o documento não é um simples veículo da informação, antes interagindo com a mesma já que lhe é consubstancial, ou seja, seu elemento constituinte; o documento possui um autor que não pode ser ignorado, e que tem uma intenção de comunicar que se traduz no objetivo atribuído ao documento; esse autor é um ser social exercendo muitos papéis que podem, cada qual, impor-lhe limitações diferentes; e todo documento se inscreve em um sistema

específico da comunicação, que visa um objetivo próprio. Como vemos, a síntese é, de tal modo abrangente, que poderíamos incluir nela todo e qualquer documento, desde que a figura do autor fosse substituída pelo conjunto dos indivíduos, incluindo documentalistas, que atuam sobre objetos tornando-os documentos.

Documento por intenção é denominação permanente quanto ao objeto a que se refere, já que se trata de característica relativa a sua produção. Além disso, pode-se dizer que a informação é mais evidente no documento por intenção, como no caso dos textos escritos científicos que se inscrevem em fluxos de comunicação científica. Considerando o documento como um objeto que significa, podemos falar em ao menos três níveis de significação: a produção dos documentos com intenção informativa; as propostas de significação sobre aqueles documentos a um público; e a significação que ocorre no processo de apropriação da informação realizada pelo usuário. O segundo nível de significação é de responsabilidade do profissional documentalista e de outros que atuam material e simbolicamente em torno do documento e o terceiro nível é o objetivo e motivação dos anteriores. No entanto, se as atividades documentárias são ações de mediação realizadas com intenção informativa sobre objetos, esses mesmos objetos podem ou não ser produzidos com intenção informativa. Para que seja propriamente um documento, o objeto depende de ser usado como tal (documento por atribuição) e não somente proposto como tal (documento por intenção), a despeito de os dois casos envolverem processos interpretativos. Assim, se o primeiro nível de significação não é obrigatório, nem o segundo precisa existir, apenas o nível de significação realizado pelo usuário está em questão para a existência do documento, portanto, para sua definição.

Considerando, no entanto, o papel fundamental exercido pela mediação, principalmente em sociedades complexificadas pelo conhecimento e pela tecnologia, faz-se necessário explorar aportes teóricos e metodológicos pertinentes aos níveis de significação de produção e de recepção do documento.

2 O documento quanto à linguagem e à recepção

Para García Gutiérrez (1999, p. 24-25, 33), a Documentação é uma disciplina social cujo principal objetivo é estudar os raciocínios inseridos nos documentos para poder extrair modelos de compreensão, análise e organização. Para tanto, segundo este autor, ela está ligada, mas não dependente, à tecnologia e é realizada por meio de um processo de caráter linguístico-informativo. Afirma (p. 34 e 35) que Jean-Claude Gardin introduziu a abordagem linguística, ao tratar da estruturação do conhecimento e de métodos de leitura do texto e elaboração de linguagens de simbolização para esse fim.

O pensamento gardiniano, proposto a partir da década de 1960, é reconhecido como um dos mais profícuos da pesquisa sobre organização da informação, possibilitando estudos posteriores significativos em termos de uma consolidação científica da área. Neste sentido, juntamente aos modelos de compreensão de texto e das linguagens documentárias que os contemplem, trabalha-se hoje métodos de representação documentária aderentes ao universo linguístico dos usuários, o que envolve a atividade realizada pelo grupo social em questão e os aspectos culturais a ela relacionados. No entanto, segundo García Gutiérrez (1999, p. 25), houve um enfraquecimento da abordagem linguística proposta por Gardin, grandemente adotada até os anos 1980, que levou a área a uma “redução monástica medieval”, contribuindo para diminuir sua influência sobre políticas e prioridades científicas.

A despeito de um maior investimento em períodos anteriores, os estudos de linguagem aplicados à Documentação se mantêm, em especial, quanto aos fundamentos da linguagem documentária (como o tesouro) e às metodologias para sua construção com aportes da Terminologia. A teorização em torno da linguagem documentária evidencia seu maior desenvolvimento de base conceitual e metodológica, comparativamente aos processos de descrição formal dos documentos e de seus instrumentos, os quais são mais fortemente abordados de modo prescritivo. Embora marcadas por estágios diferentes de fundamentação científica, entendemos que a totalidade das atividades documentárias dá-se via linguagem, cada uma segundo suas especificidades.

Como tratamos em Lara e Ortega (2012, p. 381), “a abordagem linguístico-semiótica permite propor o documento como signo, um objeto que tem forma e conteúdo (Hjelmslev, 1975), que representa algo para alguém, sob algum aspecto ou capacidade (Peirce, 1977)”. Enquanto signo, o documento é uma construção, uma leitura do ‘real’ sob determinada perspectiva. A ‘leitura’ do objeto que o transforma em documento para o sistema segue uma política de informação que privilegia perspectivas institucionais e comunidades discursivas potenciais. O documento é tornado pertinente a partir da seleção, da descrição formal e da atribuição de descritores ou outras unidades de classificação e indexação, enquanto atividades de organização da informação, as quais são seguidas das demais atividades documentárias. As atividades documentárias são resultado de uma série de escolhas pois os documentos são organizados em categorias por meio de aspectos que são priorizados frente a outros, implicando uma construção que é permeada de elementos ideológicos (Lara e Ortega, 2012, p. 381-382).

As reflexões francesa e espanhola sobre o documento, apresentadas no tópico anterior, salientam a recepção. Ao considerar o processo de comunicação, tem-se que o documento é um produto de uma relação que envolve emissor, interlocutor e contexto. Um objeto é um documento apenas se considerado o mapa de configurações a partir dos quais ele pode tomar forma fazendo sentido para alguém (Lara e Ortega, 2012, p. 385).

Outro ponto, no entanto, é o da relação entre a intencionalidade que define a atividade documentária e a ausência de controle sobre a interpretação dos públicos. A questão é que a recepção do documento mobiliza uma negociação de sentido que não torna pertinente supor a existência de uma relação de correspondência biunívoca entre o que é dito e sua interpretação (Lara e Ortega, 2012, p. 384). Segundo Lara (2007, p. 159), não considerar a intencionalidade significaria, ou supor a possibilidade da neutralidade das atividades documentárias, ou desconsiderar a especificidade destas atividades ao ampliar o espectro de trabalho com a informação para todo e qualquer campo do conhecimento ou de atividade.

No que tange às exposições, esta posição é também assumida por Meneses (1994, p. 13), para quem, joga-se fora a criança com a água do banho ao reduzir-se a coleção a um “almoxarifado de significantes disponíveis para os significados escolhidos *self-service* pelos usuários, sem qualquer mediação, supõe-se, de processos cognitivos e até mesmo das forças que agem no interior da sociedade capitalista em que vivemos”. Meneses (p. 23) considera, no entanto, que isso não equivale a presumir que uma exposição só será devidamente fruída com a mediação de um monitor, pois há questões metodológicas entre as ações exercidas em museus. Para Meneses (p. 24), a principal decorrência de não haver um trabalho de mediação é o enfraquecimento da dimensão política do museu, muitas vezes substituída pelo paternalismo. Dito de outro modo, “a alienação, a marginalização e a dependência são o preço da inexistência ou restrição das mediações documentais (organizadas), numa sociedade precisamente tão mediada como a nossa, e tão hierarquizada pela informação” (p. 64).

Kobashi e Tálamo (2003, p. 20) apresentam problematização semelhante ao tratar das pesquisas propostas em torno de bibliotecas e instituições congêneres. As autoras questionam os reiterados estudos de usuários baseados em um recorte social pré-existente (como a condição profissional, econômica, escolaridade, etc.), ao invés de serem contemplados os modos pelos quais os conteúdos podem ser acessados, gerenciados e entendidos.

Reconhecer a linguagem como elemento da cultura e operar efetivamente com ela no âmbito das atividades documentárias fornecem, segundo Lara (2007), a

possibilidade de exercer, mais convenientemente, o papel mediador ao mobilizar tanto referências da enunciação (via unidades terminológicas urdidas nos discursos de especialidade), como da recepção (os usos da comunidade de usuários socialmente constituída). Sob essa ótica, contempla-se melhor o usuário como sujeito da interpretação (p. 155).

A mediação significa algo que está entre uma coisa e outra coisa – neste caso, pessoas e objetos – não podendo faltar um dos dois para que o conceito se realize. A

ênfase sobre o usuário e sobre aspectos sociais e culturais torna necessário explorar o problema da segmentação entre estudos de organização da informação e estudos de usuários. Por um lado, temos estudos de organização da informação que não consideram o público a que se destinam (embora existam propostas significativas neste sentido, como tratamos) e, por outro, temos estudos sobre usuários que não se relacionam com uma proposta de significação que lhes é oferecida por meio de ações de mediação.

Na ausência da produção de mensagens baseada na identificação da linguagem do público-alvo e da linguagem dos documentos, a mediação fica dependente do conhecimento do sujeito (sobre os documentos e o mundo que o cerca) que dialoga diretamente com o público. Essa situação não se caracteriza como mediação propriamente documentária – mediação entre a produção material trabalhada quanto a seus possíveis significados para um grupo –, pois as diversas ações de produção de significados que a constituem não são realizadas ou não são levadas em conta. Assim, deve-se observar qual é o tipo de mediação em jogo, já que poderíamos falar em mediação cultural, mediação de leitura, mediação tecnológica. A necessária consideração destes aspectos para a mediação em questão não permite que a mesma seja nomeada de um modo ou outro, sob pena de obscurecer sua singularidade.

3 Atividades documentárias: da seleção à exposição

Como dissemos, a mediação da informação é realizada por meio das atividades documentárias – atividades sobre documentos frente a um público –, quais sejam: identificação, seleção, produção de registros, ordenação, preservação, serviços de difusão, exposição.

A identificação envolve a pergunta, tratada no primeiro tópico, quanto a que objeto seria um documento. Da fraca discriminação de Otlet, ao afirmar que tudo pode ser documento, à determinação do suporte e tipologia documentais recorrente na literatura sobre bibliotecas, passamos a considerar a perspectiva do lugar dos documentos como modo de identificá-los como tal. Este lugar (simbólico) imprime uma função que é adotada para sua caracterização como documento.

O processo iniciado pela identificação permite a seleção, que tem na coleção o primeiro produto documentário. Dois conceitos elementares devem ser considerados: a coleção de documentos e as referências dos documentos (Ortega, 2011, p. 196-198). A coleção é o conjunto de documentos selecionados que se relacionam entre si, configurando-se como algo coerente e com personalidade própria. As referências são registros (de bases de dados) que promovem o acesso aos documentos dos quais se informou a existência, ou de registros (cadastrais, por exemplo) que fornecem, eles mesmos, a informação de interesse. A partir da relação entre coleção e referências/registros, é possível explorar a diversidade dos sistemas de informação, indicando aqueles que apresentam: uma coleção de documentos ordenados e uma base de dados que a referencia; uma coleção de documentos ordenados na ausência de base de dados; e, uma base de dados na ausência de documentos ordenados. No último caso, temos as bases de dados cujos registros referenciam documentos eletrônicos ou o que Buckland (1991, p. 354) chamou de coleção virtual de documentos, referindo-se a pessoas, edifícios ou outros objetos que, em qualquer situação, não poderiam ser coletados e armazenados (embora suas referências possam ser ordenadas).

A coleção não depende da transferência física dos documentos. Disso decorre que a coleção não pode ser identificada pelo conjunto dos objetos armazenados no mesmo local, pois ela é o conjunto resultante de escolhas percebido pela disposição espacial dos documentos e/ou por suas referências organizadas em bases de dados.

Meneses (1994, p. 12), de modo convergente, discute a questão que chama de ‘museu sem acervo’, por meio das denominações acervo cartorial e acervo operacional. O acervo cartorial seria apenas aquele de posse institucional do museu, enquanto o acervo operacional é constituído por todo tipo de evidência, em qualquer lugar. Segundo o autor, o acervo cartorial depende da coleta, mas é sobre o acervo operacional que o trabalho museal é realizado, já que “o acervo é um pressuposto

porque o problema em causa é o conhecimento. É, em última instância, por causa do conhecimento, que se fazem insubstituíveis os acervos institucionalizados" (p. 62). Para Meneses, a questão é a da cultura material com que lida a área levando a que, para qualquer tipo de museu, o acervo jamais possa ser limitado às coleções depositadas e cadastradas intramuros. Quanto à relação que apresentamos entre coleção e referências, este autor afirma "ser premente ampliar a noção de acervo cartorial para a de acervo operacional, completados ambos necessariamente com bancos de dados, naturalmente informatizados" (p. 62).

A coleção virtual de Buckland e o acervo operacional de Meneses permitem recolocar o museu e a biblioteca (entre paredes) por meio da constatação de que os mesmos não são definidores das ações de mediação da informação. Um projeto institucional, no entanto, está sempre em questão, pois por meio dele é que ações concretas de mediação são claramente identificadas.

A produção de bases de dados informatizadas, a que se refere Meneses, é usualmente denominada 'documentação' na prática museal (a despeito do significado mais amplo do termo documentação como o conjunto das atividades documentárias). Dossiê da revista *Documentaliste* em torno do tema Documento e Museu trata destas práticas profissionais, buscando demonstrar em que as mesmas podem ser consideradas como pivô entre a organização interna do museu e a missão de mediação (Rizza, 2014, p. 28). Cada artigo da revista reforça a função da produção das referências ou registros sobre os objetos enquanto parte das ações de mediação. Després-Lonnet (2014, p. 61) afirma que os textos produzidos sobre objetos a partir da documentação estão cada vez mais presentes nas salas de exposição e nos sites dos museus. Para ela, "de um ponto de vista info-comunicacional, a exposição, assim como o catálogo, podem ser estudados como dispositivos enunciativos e discursivos" (p. 61), uma vez que "os textos produzidos em cada âmbito respondem a exigências diferentes, mas a documentação é sempre central para a construção de dispositivos de mediação. Ela é a base material e intelectual a partir da qual a exposição será conhecida sob um espaço e um discurso" (p. 62). Assim também, Régimbeau (2014, p. 44) afirma que a transversalidade das funções da informação e da comunicação nos museus supõe uma concepção da prática documentária em que cada intervenção deflagra uma necessidade, associando técnica e mediação.

Por fim, temos as atividades documentárias mais fortemente centradas nos objetos e no espaço em que estes são dispostos, quais sejam, a ordenação ou arranjo de documentos, como modo de leitura da coleção e recurso de acesso aos documentos, e a exposição. Estas atividades ocorrem nas seguintes situações (a exceção da perspectiva arquivística): a ordenação de documentos de acervos (em perspectiva bibliográfica) e a ordenação de documentos da reserva técnica (em perspectiva museológica), e as exposições a partir de coleções produzidas em perspectiva bibliográfica ou museológica.

No caso da exposição, há um diferencial quanto às demais atividades documentárias que se dá pela relação entre o cognitivo (apreensão informacional do objeto) e o sensorial (apreensão sensível do objeto).

A despeito do papel do escrito, Otlet, ao tratar das questões do museu no início do século XX, entende que, por meio da visualização é possível a aquisição de conhecimento, uma vez que ela se configura como uma ampliação da concepção do ato de conhecer (Mendes, 2013, p. 196). Meneses (1994, p. 9-10) reforça a ideia por entender que a visualização "é mais eficiente do que a escrita e outros sistemas intermediados de registro já que a matriz sensorial facilita a rememoração. A partir da seleção mental, ordenamento, registro, interpretação e síntese cognitiva na apresentação visual, ganha-se notável impacto pedagógico". Segundo Meneses (1994, p. 37), trata-se de um discurso que pressupõe a articulação de enunciados sobre certos problemas humanos, desenvolvidos com o suporte das coisas materiais. Este autor (p. 38) define a especificidade da linguagem museológica como essencialmente espacial e visual e não simples variação ou adaptação da linguagem verbal. Ainda que, considerando a produção de textos sobre os objetos, Meneses entende que, na exposição, algo é "dito" com os objetos que não é da responsabilidade de legendas e outros recursos, como os audiovisuais e eletrônicos.

No entanto, o objeto não deve ser apresentado em uma exposição como representativo de um fato, mas indicando sua vinculação a um certo modo de compreensão ou abordagem do fato. Importa a concepção de museu de Otlet que, “ao considerar que o mundo não é feito de artefatos, mas sim de fatos ou ideias, dava importância não ao objeto em si, mas à sua significação, ao que ele representava em função das ideias que o produziram” (Mendes, 2013, p. 196). Meneses (1994, p. 27) ressalta que os objetos materiais só dispõem de propriedades materiais (de natureza físico-química), sendo todos os demais atributos, como sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) – não das coisas – mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, embora mobilizando algum atributo físico.

Buscando explorar a relação entre o cognitivo (apreensão informacional do objeto) e o sensorial (apreensão sensível do objeto), vale reforçar que a produção de referências, preferencialmente na forma de registros de bases de dados, pode contribuir para a exposição, sem prejuízo da proposta sensorial em jogo. Em continuidade às atividades de identificação, seleção, produção de registros e ordenação, a exposição sintetiza mais um nível de significação ao objeto enquanto documento. Por sua vez, o trabalho informacional efetiva a gestão do documento no nível administrativo (aquisição, empréstimo etc.) e do conteúdo (representação).

O termo musealização é indicativo das ações diversas e articuladas de que tratamos. A partir de Desvallés e Mairesse (2013, p. 57), temos que a musealização é o processo científico que compreende o conjunto das atividades de seleção, conservação, catalogação, exposição, publicações etc. Deste modo, duas posições de perspectiva museológica corroboram nossa proposta sobre mediação. Meneses (1994, p. 30-31) fala do museu como uma forma institucionalizada de transformar objetos em documentos, pelo recurso do ‘enfrentamento do objeto’. Para ele (p. 41), o museu se compromete em seu potencial ao desvincular-se das obrigações científico-documentais. Para Lara Filho (2009, p. 163), as ações de mediação são realizadas pela “busca do sentido, oferecendo a possibilidade de, a partir de correlações que se estabelecem na construção da informação, apresentar o objeto em seus diferentes contextos e sugerir possibilidades de apropriação e de participação efetiva dos públicos (...).

4 Para uma mediação propriamente documentária

Se no Brasil fala-se em mediação em Ciência da Informação ou mediação da informação, apresentamos especial interesse pelo termo francês *médiation documentaire*, em função de suas origens atreladas ao conceito de documento construído em torno da ideia de suporte e de interpretação sobre o mesmo, que é produto da mediação, como tratamos anteriormente. Nessa abordagem, a partir da significação e da comunicação, os elementos linguísticos são observados como modo de operacionalizar as atividades documentárias que realizam a mediação.

A produção científica a que nos referimos é explicitada nas atividades do grupo de pesquisa, coordenado por Viviane Couzinet, *Médiations en information - communication spécialisée* (MICS), do Laboratoire d'Études et de Recherche Appliquées en Sciences Sociales (LERASS), da Université de Toulouse 3 - Paul Sabatier. O grupo foi criado em 1995 e se inscreve na relação que une informação e comunicação e no desenvolvimento dos trabalhos dos fundadores das Ciências da Informação e da Comunicação, a que nos referimos anteriormente. Desde 2007, o grupo incorporou uma parceria internacional com pesquisadores brasileiros que levou à criação da Rede MUSSI. O projeto da equipe pauta-se pela observação e compreensão da complexidade das interações que conduzem às mediações que tomam forma nos dispositivos info-comunicacionais híbridos e pela elaboração de conceitos que precisam os modos de aproximação realizados. Os dois eixos trabalhados pelo grupo envolvem: a análise da mediação documentária no contexto da definição da documentologia como ciência do documento e da documentografia como método visando, em uma dimensão sócio-histórica dos objetos que estuda,

elaborar uma classificação filogenética documentária; e, a análise da mediação, da cultura e da ciência, observando lugares, discursos e dispositivos.

A expressão mediação documentária é adotada como objeto de pesquisa, em especial, por Isabelle Fabre, assim como, por Cécile Gardiès, ambas membros do grupo de pesquisa citado. O termo mediação é adotado em abordagem documentária desde a década de 1980, mas vários trabalhos foram recentemente publicados como os que seguem (em ordem cronológica): Couzinet (2000), Régimbeau (2007), Fabre e Veyrac (2008), Jeanneret (2008), Couzinet (coord.) (2009), Liquête, Fabre e Gardiès (2010), Régimbeau (2010), Fabre e Gardiès (2010), Fabre (2012), Gardiès e Fabre (2012) e Fabre (2013).

Dentre os trabalhos acima, tratamos de Fabre e Gardiès (2010), para quem a mediação documentária refere-se à mediação que se apoia sobre os dispositivos materiais ou humanos capazes de relacionar informação e comunicação. Trata-se de uma mediação de saberes que opera na produção, difusão e apropriação da informação por um processo de tradução, de conexão e de vínculo. As autoras citam Régimbeau (2010) que fala sobre mediação documentária como compreendida a partir de componentes de um processo de comunicação que toma por objeto o usuário, as ideias, o contexto técnico, os conteúdos e a prática (social, econômica, política...). A noção de mediação em jogo implica que o sentido não é imanente às coisas, mas que ele se constroi por meio de e para sujeitos. A mediação documentária se realiza por meio de dispositivos qualificados como dispositivos documentários, que tratamos a seguir considerando a fala das autoras de que a apreensão dos processos de mediação necessita uma compreensão dos dispositivos que os sustentam.

Fabre e Gardiès afirmam que, estudar um dispositivo em sua complexidade é compreender "a natureza do vínculo que pode existir entre estes elementos heterogêneos" (citando Foucault, 1997), colocando em seu centro o conceito de "comunicação que supõe uma organização, repousa sobre os recursos materiais, mobiliza competências técnicas, define os quadros para a intervenção e a expressão" (citando Jeanneret, 2005). Dispositivo é entendido pelas autoras, segundo Agostinelli (2009), como os artefatos que amplificam a comunicação, organizam a interação humana e modificam os modos de produção de gestão e de tratamento da informação. O dispositivo documentário é organizado em torno da gestão da informação relacionada a seu suporte físico que, mesmo sendo pouco aparente, não é independente de um discurso. Assim, no âmbito das Ciências da Informação e da Comunicação, o dispositivo é considerado em um processo social de comunicação.

Em referência às categorias adotadas por Meyriat para o conceito de documento, Fabre e Gardiès fazem a seguinte elaboração. Em sua função de enunciação, o dispositivo documentário é qualificado como dispositivo por intenção. O dispositivo é pensado e organizado pelos profissionais de informação que utilizam normas e se apoiam sobre saberes e técnicas com um fim particular: gerar, organizar, tratar e difundir a informação. Em sua função de apropriação, ele torna-se um dispositivo por atribuição, ou seja, reconhecido pelo usuário como sendo portador de sentido, no seio do qual ele reconhece uma informação útil respondendo à sua necessidade de informação.

Fabre e Gardiès entendem que o dispositivo documentário, conhecido em sua origem como um dispositivo primário encarregado de gerar uma massa de documentos, muito rapidamente evolui para um dispositivo secundário que realiza mediações documentárias. Assim, esses dispositivos se sobrepõem aos documentos, dispositivos primários por essência, e se interpõem entre o usuário e as coleções documentárias, como parte do projeto de facilitar seu acesso. Eles constituem um dispositivo secundário de vocação comunicacional que se juntam ao dispositivo informacional, levando assim a um dispositivo info-comunicacional.

O dispositivo info-comunicacional propõe, por meio de uma forma de enunciação, um lugar de estruturação de conhecimentos e de recepção e apreensão da informação. As dimensões sociais e técnicas do dispositivo se constituem por atores, técnicas e objetos materiais em interação permanente e em um contexto definido. Segundo as autoras, para Couzinet (2008), o sentido genérico das formas 'dispositivo informacional' e 'dispositivo comunicacional' foram recentemente aproximados sob a

expressão 'dispositivo info-comunicacional' para colocar em evidência a interdependência entre informação e comunicação. O dispositivo info-comunicacional, segundo Jeanneret (2005), citado pelas autoras, é, em Ciências da Informação e Comunicação, estudado como objeto material mediador que designa o conjunto de substratos materiais da comunicação. Ele é o elo em que humanos, objetos materiais e lugares se organizam para realizar as interações reais e simbólicas que instituem modalidades e lógicas de uso. Trata-se de pensar o modo necessário de seguir o usuário apoiando-o em seu percurso documentário em torno da mediação, integrando o dispositivo info-comunicacional como verdadeiro dispositivo de aprendizagem baseado, não somente sobre as competências ligadas às tecnologias da informação, mas também à história de seus suportes e suas linguagens.

Fabre e Gardiès apontam para o problema de que a lacuna entre expectativas e necessidades de usuários e as representações dos criadores dos dispositivos digitais conduzem para a inovação tecnológica mais que para uma intenção de mediação documentária. Mencionam estudos (Fabre e Gardiès, 2008, 2009) que mostram haver uma dificuldade real para os usuários em utilizar dispositivos cada vez mais sofisticados pois, segundo Papy e Leblond (2009), citados pelas autoras, estes dispositivos não apresentam coerência entre si. Sob a afirmação de que esse conceito de dispositivo, característico de processos de mediação documentária, não pode ser entendido como uma organização linear de operações mentais, as autoras perguntam quais poderiam ser as novas formas de mediação para relacionar esses novos dispositivos à enunciação global de dispositivos documentários em um contexto de ausência de coerência.

A partir da proposta de dispositivo info-comunicacional, Fabre e Gardiès propõem o termo mediação info-comunicacional por considerá-lo definidor de um processo criador de uma nova mensagem, cujo signo é portador de uma certa matéria informacional que acrescenta significados à recepção. Se o circuito enunciação-recepção permite a circulação do sentido em situações de comunicação, ou seja, de trocas, a informação é pré-existente a essa circulação e implica tradução, reescritura ou estruturação, difusão, acomodação ao meio, levando em conta o ambiente e o eventual uso de informação. A polissemia introduzida pelo processo de mediação favorece a pergunta sobre o sentido e a apropriação da mensagem inicial mesmo se o sentido dado na recepção não é previsível nem pelo emissor nem pelos eventuais mediadores. O objetivo é o de mobilizar os dispositivos para tornar o usuário ator de sua cultura de informação. Assim, o usuário tem um lugar no seio do dispositivo apenas se é convidado a tomar a iniciativa e se a expressão das diferenças individuais é encorajada. As autoras afirmam que, designar um papel ativo ao receptor na função informativa do documento, é fornecer este lugar à noção de uso mas também à de mediação documentária. De outro modo, afirmam à frente que, nos processos de comunicação da informação, se o receptor exerce um papel primordial, caso não se trate de simples transmissão, o mediador, por realizar processos destinados a facilitar a apropriação da informação no âmbito de comunicações sociais múltiplas, tem também um papel primordial.

Fazendo menção a Fabre e Couzinet (1996), as autoras afirmam que o dispositivo documentário, visto sob a recepção, inscreve-se como pilar de compreensão do saber ou dispositivo de mediação capaz de ajudar à construção individual de conhecimento. Por fim, reforçam que se trata de repensar os processos de mediação levando em conta a complexidade dos dispositivos info-comunicacionais para melhor apreender a maneira em que a informação e a comunicação são relacionadas aos fenômenos de apropriação da informação.

Considerações finais

A abordagem francesa sobre mediação documentária mostra-se promissora no que tange a uma produção de conhecimento sobre mediação em abordagem documentária, realizada por vários autores organizados academicamente em busca de rigor científico frente ao uso recorrente do termo. Os autores franceses citados corroboram nossa problematização inicial quando afirmam que, ao papel primordial

atribuído ao usuário, corresponde papel da mesma ordem à mediação e ao mediador, sendo o dispositivo info-comunicacional (que preferimos denominar tradicionalmente de dispositivo documentário) a base material das atividades documentárias mediadoras que permitem a comunicação. No entanto, a literatura predominante ainda é incipiente para uma compreensão das atividades documentárias como ações de mediação da informação. Tanto em Museologia quanto em Biblioteconomia, é usual localizar a mediação somente nas ações finais que se dão em uma relação direta com o público, portanto, desvinculada das diversas atividades realizadas sobre o objeto. A exposição, no primeiro caso, e os serviços de referência e atividades correlatas, no segundo, seriam exclusivamente as ações de mediação.

Documentação é o conjunto das atividades documentárias, por meio das quais são realizadas as ações de mediação da informação. O termo é decorrente da proposta de Otlet e tornou-se usual em serviços de informação científica. Seleção, produção de registros, preservação, divulgação, exposição são intervenções realizadas sobre objetos frente a um público. Documentação é termo significativo para uma compreensão das atividades citadas e do fato de que o objetivo de apropriação pelo público é dependente da efetivação fundamentada e metodológica de cada uma destas atividades e da articulação entre elas. Em contraponto, o uso do termo documentação em Museologia indica somente a produção de registros em repertórios como listas ou bases de dados. Quanto a cada atividade documentária, questionamos ideias cristalizadas como a da atividade de indexação como própria da Biblioteconomia, e a da exposição como específica da Museologia, entre outros. A identificação e adensamento sobre cada atividade documentária é caminho produtivo para a distinção entre aspectos essenciais e aspectos circunstanciais. Estes últimos, constituídos segundo os condicionantes históricos das práticas e de sua elaboração manualística e dogmática, devem ser aproveitados a favor de uma construção epistemológica da área. De fato, é rica e ampla a literatura técnico-científica que, reconhecendo a diversidade das práticas profissionais, trata das várias atividades documentárias construídas a partir de escolhas em sequência lógica e articulada, formando camadas contínuas de significação sobre o objeto.

Percurso de pesquisa realizado sobre a construção da noção de documento no século XX permitiu a identificação de pontos recorrentes, como os que seguem: o documento é, simultaneamente, objeto físico (concreto, duradouro, estável, manipulável) e informação (simbólica, conceitual, conteúdo da comunicação, mensagem). A instância informacional não é prévia ao objeto, pois processos interpretativos realizados por intermediários e/ou por 'leitores' finais é que fazem com que ocorra a existência de um documento. A forma '*documentaire*' em idioma francês é emblemática da proposta otletiana sobre o documento. No Brasil, é forte a herança francesa por meio da forma 'documentário' para a indicação dos diversos procedimentos e instrumentos, como: atividades documentárias, processos documentários e, em especial, linguagens documentárias (ainda que o uso dos termos não seja rigoroso quanto a sua origem conceitual). Na França, o termo '*médiation documentaire*' demonstra a terminologia que sustenta a abordagem adotada para o tema que tratamos, já que o termo mediação da informação pode não implicar propriamente um trabalho sobre documentos. Por outro lado, a forma espanhola '*informativo-documental*' e a forma francesa '*information-documentation*' podem ser consideradas redundantes, já que 'documento' é termo abarcador da noção de suporte físico e de informação ou conteúdo atribuído. Uma proposta terminológica consistente e própria é, não apenas profícua, mas necessária a um projeto de fundamentação e consolidação científica. Por este motivo, ressaltamos a base terminológica fecunda passível de ser identificada na literatura otletiana e desenvolvida nas décadas seguintes em torno do termo 'documentação'. Dignos de nota, Meyriat e contemporâneos franceses elaboraram, por volta das décadas de 1970 e 1980, uma compreensão do documento pautada na significação e na comunicação. Pouco consideradas, vale enfatizar o rigor e a pertinência dessas propostas, além de sua atualidade, em função do caráter pragmático que apresentam.

As atividades documentárias, por meio das quais essas ações são efetivadas, envolvem procedimentos e instrumentos, localmente construídos segundo o

funcionamento da linguagem e segundo terminologias de especialidade adotadas pelo público (portanto, contemplando aspectos pragmáticos), e desenvolvidos e implementados por meio de políticas próprias. A ênfase ao usuário foi tomando vários contornos no decorrer do tempo e tem se manifestado hoje em projetos colaborativos ou de atuação do mesmo diretamente nas atividades documentárias para a construção do sistema. Em tempos de supervalorização dos chamados ambientes colaborativos, o papel dos usuários deve ser devidamente enfrentado, uma vez que a não consideração da propositividade das ações de mediação da informação pode por a perder justamente a possibilidade de aderência com os públicos-alvo.

Evidencia-se, assim, a dificuldade de uma fundamentação teórica que faça jus aos aspectos procedimentais em jogo, muitas vezes levando a uma secundarização da instrumentalidade correspondente à especificidade da área. As atividades documentárias não são operações mecânicas, mas atos conscientes, estabelecidos profissionalmente sob base técnico-científica de viés comunicacional. Essas atividades respondem por práticas profissionais de alta competência que articulam reflexão teórica e domínio procedimental. A ideia de neutralidade do processo documentário, depois substituída pela de subjetividade, implica antes em alienação e mostra-se impeditiva de uma prática científica pautada pelo estabelecimento de critérios institucionais objetivos. A intencionalidade das ações de mediação da informação, proposta inicialmente, pode ser compreendida a partir do enfrentamento do objeto, na ausência do qual pode haver o enfraquecimento da dimensão política da instituição, segundo Meneses, que se dá por meio de uma enunciação no contexto de um dispositivo documentário que é, por isso, qualificado como dispositivo documentário por intenção, como desenvolvem Fabre e Gardiès.

O documento é um produto. Ele é resultante do conjunto das ações de mediação da informação. A 'produção do documento' faz-se por meio de procedimentos metodológicos específicos que procuram promover possibilidades de interpretação. O percurso do objeto ao documento envolve abstração que se realiza materialmente. Trata-se de objetos colocados em outro lugar (simbólico) porque são selecionados e recriados (materialmente) como representações daqueles; os documentos se fazem pelas relações estabelecidas entre um objeto e outro, entre uma representação e outra.

Referências

- Briet, S.** (1951). *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Édit. 48 p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.
- Buckland, M.** (1991). Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, 45(5), 351-360.
- Couzinet, V.** (2000). *Médiations hybrides: le documentaliste et le chercheur de sciences de l'information*. Paris: ADBS.
- Couzinet, V. & Régimbeau, G. & Courbières, C.** (2001). Sur le document: notion, travaux et propositions (p. 467-506). In: Couzinet, V.; RAUZIER, J.-M. (Col.). *Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation*. Paris: ADBS Éditions.
- Couzinet, V.** (dir.) (2009). *Dispositifs info-communicationnels: questions de médiations documentaires*. Paris: Hermès science publications. (Systèmes d'information et organisations documentaires).
- Després-Lonnet, M.** (2014). L'écriture du patrimoine, de la documentation à la médiation. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, 51(2), 61-62.
- Desvallés, A. & Mairesse, F.** (Eds.) (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: ICOM ; Armand Colin.
- Escarpit, R.** (1991). *L'information et la communication: théorie générale*. Paris: Hachette Superiour. (Hachette Université Communication). Publicado inicialmente em 1976 pela mesma editora.
- Fabre, I.** (2012). Médiation documentaire et culturelle dans le musée. *Communication & Langages*, (173), p. 83-99.

----- (2013). L'espace documentaire comme lieu de médiations. Esquisse. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00837950/document>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

----- & Gardiès, C. (2010). La médiation documentaire. In: Liquète, V. Médiations. Paris: CNRS. p. 121-139. (Les Essentiels d'Hermès).

----- & Veyrac, H. (2008). Des représentations croisées pour l'émergence d'une médiation de l'espace documentaire. Communication & Langages, (156), p. 103-115. Disponível em: <http://oatao.univ-toulouse.fr/1938/1/fabre_1938.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Frohmann, B. (2004). Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. Library Trends, 52(3), 387-407.

García Gutiérrez, A. L. (1999). Aproximación al concepto y al objeto de la Información/Documentación (p. 23-35). In: _____(Ed.). Introducción a la documentación informativa y periodística. Alcalá de Guadaira (Sevilla): Ed. Mad.

Gardiès, C. & Fabre, I. (2012). Définition et enjeux de la médiation numérique documentaire. In: Galaup, X. (Org.). Développer la médiation documentaire numérique. Villeurbanne: Presses de l'ENSSIB. (La Boîte à Outils, 25). Disponível em: <<http://mediationdoc.enssib.fr/>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Jeanneret, Y. (2008). Les relations entre médiation et usage dans les recherches en information-communication (p. 37-59). In: COLÓQUIO MÊDIAS E USOS DE SABERES E INFORMAÇÃO (1., 4-7 nov. 2008 : Rio de Janeiro, RJ). Anais. Rio de Janeiro: Rede MUSSI.

Kobashi, N. Y. & Tálamo, M. de F. G. M. (2003). Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. TransInformação, 15(3) (ed. esp.), 7-21. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1458/1432>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Lara Filho, D. de (2009). Museu, objeto e informação. TransInformação, 21(2), 163-169. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/513/493>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Lara, M. L. G. de (2007). A construção da informação no universo da linguagem na contemporaneidade. (p. 143-168). In: Lara, M. L. G. de; Fujino, A. & Noronha, D. P. (Orgs.). Informação e contemporaneidade: perspectivas. Recife: Néctar. Livro completo disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgci/publicacoes%20-%20informacaoContemporaneidade%281%29.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

----- & Ortega, C. D. (2012). Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação (p. 371-387). In: CONGRESO ISKO 2011, Ferrol, 30 jun a 1 jul. 2011. [Anais]. A Coruña: Universidade da Coruña. Disponível em: <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/11621/1/CC_132_art_23.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Liquète, V. & Fabre, I. & Gardiès, C. (2010). Faut-il reconsidérer la médiation documentaire? Les Enjeux de l'information et de la communication. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00795148/document>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Mendes, L. C. (2013). Transformações na percepção do museu no contexto do Movimento Bibliográfico: as concepções de museu de Paul Otlet e Otto Neurath. Perspectivas em Ciência da Informação, 18(4), 185-199. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1779/1215>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Meneses, U. T. B. de (1994). Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista, 2(1), 9-42. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v2n1/a02v2n1.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Meyriat, J. (1981). Document, documentation, documentologie. Schéma et Schématisation, 2º trimestre (14), 51-63.

----- (2006). Pour une compréhension plus systémique du document (par intention). *Sciences de la Société*, (68), 11-28. (Dossier "Dimensions sociales du document", coord. por Caroline Courbières e Gérard Régimbeau).

Ortega, C. D. (2011). Exploração de categorias configuradoras da ciência da informação. *Revista EDICIC*, 1(1), 183-205. Disponível em: <http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path%5B%5D=6&path%5B%5D=pdf_1>. Acesso em: 19 jun. 2015.

----- & Lara, M. L. G. de (2010). A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, 11(2). Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr10/Art_03.htm>. Acesso em 19 jun. 2015.

Otlet, P. (1934). *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum. Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

----- (2007). *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*.

Régimbeau, G. (2007). Médiations iconographiques et médiations informationnelles: réflexions d'approche. *Communication*, 26(1), p. 164-177. Disponível em: <<http://communication.revues.org/875>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

----- (2010). Médiation. In: Gardies, C. (Dir.). *Approche del'information-documentation: concepts fondateurs*. Toulouse: Éditions Cepadues.

----- (2014). Documents partagés. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, Paris, 51(2), 44-45.

Rizza, M. (2014). Document et musée: du discours sur l'oeuvre à la médiation culturelle. *Documentaliste-Sciences de l'Information*, 51(2), 28-29.

Sagredo Fernández, F. & Izquierdo Arroyo, J. M. (1983). *Concepción lógico-lingüística de la Documentación*. Madrid: IBERCOM.